

J. B. Libânio

## II Encontro Inter-Eclesial — Igreja: Povo que se Liberta

*(Realizado em Vitória, E.S.  
nos dias 29 de julho a 1.º de  
agosto de 1976)*

Não se trata de um congresso sobre Comunidade Eclesial de Base no sentido tradicional. Escapa dos esquemas normais de congressos ou semanas de reflexão sobre um tema. Este Encontro é, antes, o fim de um processo que se iniciara a partir do I Encontro realizado também em Vitória, nos dias 6 a 8 de janeiro de 1975. Esse primeiro Encontro tinha buscado delinear o perfil e descobrir as características futuras da Igreja nova que nasce no meio do povo, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base (SEDOC 7 (1974-1975) col. 1057-1216). Entre suas conclusões lê-se a seguinte: continuar esse tipo de encontros, com representação das bases, acrescentando aos peritos em teologia, bíblia e pastoral, uma assessoria em economia e ciências políticas. A Igreja de Vitória ficou responsabilizada pela realização do próximo encontro.

A preparação do segundo Encontro teve 3 fases. A *primeira* foi a elaboração de relatórios das bases. Assim, diversas Igrejas pediram a algumas de suas Comunidades que elaborassem uma exposição escrita da sua caminhada e vida, procurando focalizar sobretudo a pedagogia usada. Foram elaborados 18 relatórios. Alguns foram redigidos por agentes de pastoral, sacerdotes, religiosos ou leigos instruídos, outros, porém, revelam um redator muito simples e quase analfabeto, bastante próximo, portanto, da vida do povo. A *segunda fase* consistiu num estudo crítico sobre os ditos relatórios, feito por dois sociólogos (Pedro Ribeiro de Oliveira e Jether Ramalho), um exegeta (Carlos Mesters), um historiador da Igreja (Eduardo Hoornaert) e dois teólogos sistemáticos (L. Boff e J. B. Libânio). Finalmente, numa *terceira fase*, esses trabalhos dos peritos foram enviados à base para que ela visse a análise de seus relatórios e assim pudesse no encontro ter um confronto com os redatores.

A *primeira fase* forneceu-nos um número de relatórios assaz reduzido, em relação à realidade das CEBs no país. Tal fato dificultou, de certa maneira, ampliar muito as conclusões. Mas foram suficientes para fazer-nos ver a diversidade de realidade que se esconde por detrás das comunidades eclesiais de base. Umhas estão ligadas a certos movimentos renovadores, ainda que de um cunho tradicional, como Cursilhos, MFC (Movimento familiar cristão); outras nascem de associações dos amigos do bairro, e finalmente, outras apresentam aspectos mais próprios de uma comunidade de base, que surge do povo através sobretudo de círculos bíblicos. Predominou, como era de se esperar da natureza do escrito, o estilo descritivo. Os elementos críticos e mesmo a explicitação da pedagogia libertadora são embrionários. Podia-se entretanto sentir, de certo modo, a vida das comunidades, com seus sucessos e derrotas, esperanças e fracassos.

A *segunda fase* foi, naturalmente, mais abundante em escritos. Cada perito analisou o material de modo diferente. *Pedro Ribeiro de Oliveira*, sociólogo do CERIS, focalizou a posição do leigo nas comunidades eclesiais de base. Até agora parece que este catolicismo de base leiga está vindo à existência das CEBs a título de experiência. Quando a Igreja particular o admitir em larga escala, vai ter sua estrutura afetada por ele. Se as CEBs, portanto, perderem o caráter de experiência para se tornarem o modo usual de ser da Igreja diocesana, é inevitável a mudança na posição episcopal. Assistiremos, pois, em breve, após as crises do leigo e do clero, à do bispo. No fundo, entretanto, paira uma interrogação: a participação do leigo nos moldes da CEB pode ser prenúncio de uma nova estrutura da instituição religiosa, como também pode ser um meio para reforçar o mundo clerical. O caminho a seguir

será sociologicamente condicionado pela posição que a Igreja assumiu no mundo. O outro sociólogo, *Jether P. Ramalho*, conduziu sua análise em torno de três eixos de reflexão: a prática da participação, a opção de trabalhar com o povo e o binômio Evangelho-Vida. O fato da participação nas CEBs parece claro. Mas será uma participação de concordância? crítica? efetiva? Outro eixo importante das CEBs e sua situação junto às camadas chamadas populares. Há uma predominância do meio rural. E por quê? Quais as conseqüências de tal predominância? Ademais não está acontecendo, como certos relatórios parecem revelar, uma dicotomia entre vida e trabalho? O terceiro eixo é constituído fundamentalmente pelo binômio: Evangelho-Vida. O problema é como tal binômio tem levado a uma correta relação entre ação e reflexão, entre teoria e prática.

*Carlos Mesters*, exegeta, elaborou longo estudo sobre o uso que o nosso povo faz da Bíblia. Analisa primeiro onde, como e quando o povo usa a Bíblia: nos grupos de reflexão, nos círculos bíblicos, nas celebrações da Palavra, nos cursos, treinamentos, encontros, missa, teatro, arte, música, expressões da religiosidade popular e leitura pessoal. A característica fundamental de tal uso é sua relação com a vida. Abrindo a Bíblia, querem encontrar nela as coisas da vida, e na vida querem encontrar as coisas da Bíblia. Sentem que a Bíblia é um livro para eles. Ninguém consegue tirá-lo. O seu princípio hermenêutico fundamental é a fé, que, em contato com o Livro Sagrado, os leva a comprometer-se com a libertação dos oprimidos. Nem faltam dificuldades, que Mesters analisa. Pouco a pouco vão criando um método próprio de fazer esta leitura. Sempre colada à realidade, à vida. O problema central da interpretação da Bíblia coloca-se para o autor na confluência de três fatores: a força do problema concreto que angustia a vida do povo, a força da investigação científica da exegese que questiona as certezas estabelecidas, e a força da fé da Igreja que está acordando na memória dos cristãos. Só se dá uma leitura libertadora na integração desses três elementos: fé, ciência e vida. O nó do problema é fazer com que a comunidade de fé (contexto) e a realidade da vida (pré-texto) possam ocupar de novo o seu lugar dentro do conjunto da interpretação da Bíblia. Tal interpretação popular terá sua repercussão sobre os exegetas. Questionar-lhes-á um cientificismo vazio e inútil para a vida de fé da comunidade cristã. Mesters termina seu longo e muito interessante estudo com algumas perguntas em vista de uma pedagogia libertadora.

*E. Hoornaert*, levanta de início uma suspeita a respeito dos relatórios. Afirma que apenas um relatório é realmente de elaboração popular. Os outros foram elaborados, ou por uma única pessoa,

ou por um grupo pertencente aos 'intelectuais'. Este olhar dos 'intelectuais' acerca de sua experiência com os que eles chamam de 'povo' é sujeito a certos pressupostos de ordem antropológica que condicionam o seu discurso. O trabalho busca uma aproximação entre a experiência atual das CEBs e as experiências anteriores na História da Igreja do Brasil, especialmente as dos aldeamentos. O sistema colonial era basicamente constituído por um duplo percurso de Metrópole-Portugal à Periferia-Brasil, onde se faz o jogo das explorações e dominações; e depois de volta à Metrópole-Portugal. Quando os aldeamentos dos jesuítas, de certo modo, questionaram tal fluxo, foram os jesuítas expulsos e o percurso explorador recuperado. As CEBs são ameaçadas pelo perigo da recuperação por parte do sistema eclesial ou político, exatamente porque a novidade da base é justamente a mudança do percurso colonialista ainda existente. Além da recuperação, pode haver simplesmente a eliminação daqueles que levantam a voz em nome do povo. Para evitar este duplo perigo, faz-se mister uma dupla conversão: do lugar e sua lógica; e dos meios de ação e sua lógica. Sem esta dupla conversão acontecerá a recuperação ou eliminação das CEBs. Trata-se da conversão do lugar em que os 'intelectuais' estão, para o lugar do povo; do próprio lugar para o lugar do outro. O principal "meio de ação" do catolicismo brasileiro é o Padre. Um padre-modelo, padre-patrão, ou mesmo leigos dirigentes a modo de mini-padres comprometem a experiência. E tal posição é analisada através de outros "meios como carro particular, aparelhos de som, que participam do mundo dos símbolos de uma realidade que a CEB quer superar. Daí a importância da conversão de tais meios. Coloca-se então o grande problema da necessidade ou não, importância ou não, da atuação dos 'intelectuais' na formação da CEB numa "cultura da pobreza".

A abordagem teológica coube sobretudo a L. Boff. Não se ateuve tanto aos textos, mas procurou elaborar com certa abundância uma reflexão sobre o cerne do problema teológico levantado pelas CEBs. Estamos diante de uma eclesiogênese, i. é., as CEBs reinventam a Igreja. Trabalho longo, muito bem fundamentado teologicamente. A tese central é de que as CEBs dão nascimento a um novo modelo de compreensão da Igreja, legítimo e bem fundado nas fontes escriturísticas, como o atual modelo. A distinção fundamental consistiria em que no modelo atual a categoria Povo de Deus surge como resultado de uma organização prévia. Cristo, fundador da Igreja, continua a governá-la na pessoa do Papa e dos bispos. As CEBs refletem um modelo de Igreja como comunidade em que o poder de Cristo está presente na totalidade do Povo de Deus. Tal poder diversifica-se consoante

às funções específicas, mas não exclui ninguém. O acento cai sobre a presença de Cristo gloriosa em toda a comunidade pelo Espírito.\*

*Na minha análise*, procurei trabalhar com alguns elementos da sociologia do conhecimento. Pelos relatórios percebi uma redefinição da consciência da comunidade num tríptico nível psico-social, eclesial e político. Passou-se de uma situação de alienação, em que este pessoal pobre e humilde não confiava em si nem nos outros pobres, para uma consciência do próprio valor, da responsabilidade de unir-se, da riqueza e força do estar-em-grupo, como meio de enfrentar com maior eficácia as dificuldades. No nível eclesial, aconteceu o mesmo fenômeno expresso por um dos relatórios: "agora entendo que a Igreja somos nós". E este "nós" eram eles, pobres, analfabetos, que até então não passavam de "objetos" de uma catequese. De uma Igreja para o povo, surge uma consciência de "Igreja que nasce do povo". No nível político apenas se esboça uma mudança de consciência. Poucas CEBs percebem o alcance político da nova situação. Em geral ficam ainda mais restritas às pequenas necessidades imediatas locais, sem perceber os aspectos estruturais e conjunturais da situação que vivem. Aparece também nos relatórios uma série de fatores que causaram ou aceleraram tal mudança: uma situação de insatisfação prévia, o emprego de uma pedagogia libertadora, a própria divulgação das experiências de comunidades de base, movimentos e grupos humanos já existentes e sobretudo a ação de agentes de pastoral próximos ao povo. Não faltam, entretanto, ameaças a tal experiência. Uma são internas: a deficiência de internalização do processo de redefinição biográfica da comunidade, empobrecimento no mundo das relações humanas, deficiências dos dirigentes e agentes de pastoral que, às vezes, continuam um sistema de opressão cultural, o risco de uma institucionalização crescente. Outras ameaças vem de fora: incompreensão da paróquia, tentação de volta ao passado, o processo de secularização, o êxodo rural e sobretudo a opressão político-econômica. As CEBs têm, contudo, criado suas defesas. Têm procurado uma legitimação psico-social, teológico-eclesial e mesmo política. Dispõem de uma série de pequenas terapias sociais, como divisas entre as comunidades, reuniões, grupos de leitura da bíblia, revisão de vida, festas populares, trabalhos comuns. Nem falta, ainda que em germen, um pequeno sistema de controle, através de reuniões e revisão de vida. Este processo de redefinição biográfica das comunidades

---

\* No final, do trabalho aborda com clareza e cautela ao mesmo tempo, as possibilidades e liceidade da celebração eucarística presidida por leigos numa comunidade, que de outro modo, e sem culpa, dela ficaria privada por longo tempo.

de base levanta uma série de problemas. Uns são de natureza estritamente teológica, como a relação entre evangelização e cultura popular, entre Evangelho e liberdade, e sobretudo a necessidade de elaborar uma nova eclesiologia. De cunho mais teológico-pastoral, temos o problema da religiosidade popular, dos novos ministérios, da liberdade e criatividade litúrgicas. E finalmente na ordem estratégico-pedagógica, necessitam de maior aprofundamento a pedagogia libertadora, a questão do papel e trabalho do agente de pastoral, a relação entre lentidão histórica e eficácia neste tipo de pastoral e a questão da introjeção no povo das matrizes opressoras.

Com as análises dos peritos concluímos a segunda etapa da preparação. Durante o mês de maio, esses trabalhos foram enviados à base para sua apreciação. *Estamos na terceira fase.*

Esta foi de certo modo um fracasso. O material elaborado pelos peritos foi muito abundante: umas 182 páginas mimeografadas. Além disto, o linguajar, a estrutura do pensamento, dificultavam a leitura. Tudo foi enviado à base. A reação não tardou. Um lavrador de Goiás escreveu uma carta dizendo, entre outras coisas: "quanto aos relatórios o que li e entendi gostei... em dois pontos eu não concordo com vocês... o primeiro ponto é sobre algumas palavras intencíveis para uma Igreja de povo simples e quase analfabeto, como as palavras elite, plausibilidade, óbvio, antídotos etc... Irmãos, eu não estou gosando e nem querendo dizer que estou certo e vocês errados, mas a tanto tempo que já estou na caminhada e estas palavras matam o assunto da frase que elas estão aplicadas, e nem também vou aperguntar o sentido de cada uma delas porque depois, se eu usar elas, mais de 1.000 pessoas vão me perguntar também, porque não entendem... O segundo assunto ainda sobre os relatórios é que só li uma terça parte dos materiais e não vou ler mais porque não tenho condições de ler tamanhas coisas para um encontro. Eu tenho 11 dependentes, trabalho das 5 h da manhã às 6 h da tarde no pesado e à noite até 10 e 11 h nos grupos de evangelho ou em outro trabalho de libertação. Alguns dias me sobra a noite para ler ou sempre leio das 11 às 12 h da noite, mas mesmo que leio tão grandes relatórios a minha mentalidade não dá para gravar tanta coisa..."

O teor e tom desta carta refletem bastante o que se pôde ouvir do pessoal simples da base. Muito material, inacessível da linguagem e estrutura mental. De fato, os peritos não se preocuparam em ser entendidos pelo povo simples. Escreveram para leitores acostumados a certo nível de reflexão teórica. Um rapaz dizia que somente a palavra "eclesiogênese" — título de um dos trabalhos — precisava de todo um dia para ser entendida.

Após esta preparação, reuniram-se em Vitória umas cento e tantas pessoas, representando 31 Igrejas particulares. Estavam presentes 16 bispos (sendo 3 estrangeiros: 2 mexicanos e 1 chileno), pessoas vindas da base, em geral pessoas da roça e alguns operários. Entre os hóspedes estrangeiros presentes poderíamos mencionar o Bispo de Cuernavaca, Mons. Méndez Arceo, Mons. Samuel (da diocese de Bartolomeu de las Casas), P. Gustavo Gutierrez, N. Greinacher (alemão), membro do comitê de direção da Revista Concilium, o conhecido pastoralista austriaco F. Klostermann, P. Ignace, OP (trabalhou muito tempo no Lumen Vitae de Bruxelas), um grupo de teólogos e pastoralistas mexicanos entre eles Jesus García etc.. Isto já significa a importância que tais encontros estão assumindo para além de nossas fronteiras.

## O DESENVOLVER DO ENCONTRO

O encontro teve três tempos conforme a metodologia do ver, julgar e agir. O *primeiro momento* ocupou os dois primeiros dias. Logo de início dividiu-se o grande grupo em dois: grupo A = base: pessoas vindas da base, em geral pessoas da roça e alguns operários e agentes de pastoral que estão vivendo na base; grupo B = não Base: agentes de pastoral mais distantes da base, bispos, peritos, os convidados estrangeiros. Estes dois grupos passaram o dia discutindo, em sucessivas dinâmicas, fundamentalmente duas perguntas: o que estamos entendendo por Libertação: que é, de que se liberta, quem liberta, para que; por quem se está oprimido; por causa de que etc... e como estamos promovendo a libertação. No final da discussão houve um plenário reunindo os dois grupos. Apareceram claramente, como era de se esperar, dois universos de pensamento. O grupo A (base) trouxe uma série de exemplos, de situações em que se experimentava a opressão sobretudo em relação ao trágico problema da terra. O grupo B elaborou, apesar do escasso tempo, reflexões bastante interessantes sobre a problemática da libertação: riscos de esvaziamento do termo; extremos reducionistas; globalidade e complexidade da temática etc... Foi um primeiro mergulho na realidade. Sentiu-se um mal-estar diante do paralelismo dos dois grupos. Tentar-se-á no dia seguinte uma maneira de superá-lo. A partir das contribuições do Grupo A — Base — foram selecionados 5 temas fundamentais: terra, política partidária, periferia, sindicato e relação entre Igreja tradicional e Igreja que nasce do povo. As pessoas da base inscreveram-se nos diversos temas, conforme sua preferência, e discutiram-nos, em forma de painel, diante do grande grupo. Num segundo momento, foram questionadas pelo plenário. A tônica foi a descrição da situação em que

vivem. Apareceram como problema central as dificuldades que sofre o pessoal da base diante da opressão econômica capitalista. Como a grande maioria está ligada ao campo, o problema da terra ocupou o primeiro plano. Em diversas partes do país observa-se o mesmo fenômeno: compra da terra por grandes firmas ou empresas agro-industriais que vão desalojando o povo de suas pequenas propriedades, transformando alguns em assalariados e expelindo outros para os grandes centros urbanos. Os outros temas mais ligados à vida urbana estão ainda em estado embrionário. Revelou-se também uma conjuntura social, em que todo trabalho de associação e atividade em comum das classes mais pobres se bate contra enormes dificuldades. Apareceu um quadro, onde as realizações concretas numa linha de libertação estão reduzidas a ações bem modestas e relativas aos pequenos problemas das comunidades locais.

A *segunda etapa* dedicada ao julgar começou de novo com discussões em separado dos grupos A e B. Para o grupo B — não Base — os peritos formularam algumas questões a partir da matéria discutida até então. Qual a pedagogia que possibilitará às pequenas ações feitas nas CEBs serem entendidas, refletidas dentro de uma perspectiva conjuntural e estrutural mais ampla? Tendo descoberto a situação de injustiça, quais serão as mediações próximas para conseguir a superação de tal situação? Qual é o valor libertador das celebrações feitas pelo povo e não simplesmente para ou com o povo? Analisar melhor as influências mútuas Igreja-Sociedade, ação pastoral e ação sócio-política. Como evitar os dois extremos de a) impor a um povo o nosso modelo de libertação e b) cair num populismo ingênuo e mítico? Até que ponto permitimos às CEBs assumirem importância decisória em tudo que afeta como comunidades, em referência aos ministérios, às celebrações e aos sacramentos? Que queremos com as CEBs: uma reprodução da atual estrutura, um prolongamento da instituição da Igreja sem afetar a forma como aí se organiza o poder e o seu mecanismo?

Por estas perguntas dos peritos, pode-se perceber por onde caminhavam as discussões e quais eram os problemas que iam sendo levantados a longo dos debates.

O Grupo A — Base — seguiu seu caminho próprio. Preferiu um caminho mais analítico, de discussão dos casos e fatos que o povo está vivendo. A partir dessas discussões, começou-se a delinear as pistas para a continuação da caminhada. E assim se chegou à terceira fase do método: Agir.

*Esta última fase* também começou por um levantamento das possíveis sugestões e pistas feito pelos dois grupos em separado.

Somente num momento ulterior comunicaram entre si o próprio levantamento. Tentou-se uma síntese que serviu de base para a discussão até chegar a aprovação pelo plenário. Este itinerário também teve suas dificuldades e críticas. De novo, apareceu claro o hiato entre os universos dos Grupos A e B. As pistas da Base eram bem concretas, simples, enquanto que o Grupo B — não Base — procurava colocá-las dentro de um processo e percepção mais globais. E a síntese feita favoreceu, na sua formulação, ao Grupo B, de modo que alguns da base se sentiram um pouco frustrados e não se encontram muito bem nas conclusões finais.

Estas conclusões, depois de uma introdução indicando o sentido do Encontro dentro do processo que vem sendo vivido, foram reduzidas a alguns breves pontos.

*Primeiro*, pensou-se em algumas linhas de reflexão e ação sobre o duplo problema Vida-Evangelho e Política. Trata-se de buscar uma sensibilidade espiritual para perceber os valores evangélicos que o E. Santo vai fazendo aparecer no meio do povo e nas comunidades; de suscitar apoio mútuo entre as comunidades a fim de sustentarem-se e fortalecerem-se diante das ameaças, incompreensões e perseguições com fé e coragem, por meio da meditação da Palavra de Deus e da lembrança dos testemunhos dos que lutaram pela justiça. A preocupação deve ir na direção de que Fé e Vida não sejam separadas. No âmbito da Política, busca-se criar consciência pela reflexão e pela ação, por meio de uma pedagogia popular e do emprego de ferramentas de entendimento do sistema de exploração e dominação econômica de âmbito nacional e internacional. A bandeira dos direitos humanos, sobretudo a luta pelo direito à terra, melhores salários, liberdade sindical, deve ser assumida com responsabilidade na tarefa evangelizadora. Importante também é criar condições para que o povo se conscientize a respeito da política brasileira, a fim de que se sinta animado para uma verdadeira participação política.

Um *segundo* ponto foi a *Igreja de Base*. Animar o nascimento, crescimento, organização da Igreja que nasce do povo, no campo e na cidade. Para isto é importante que ela tenha direito decisivo sobre sua própria organização, celebrações, em comunhão com a Igreja universal. A realidade dos novos ministérios que nascem no meio do povo cristão necessita de apoio, reconhecimento. A consciência da grande Igreja precisa ser despertada para um compromisso com a vida e trabalho da Igreja que nasce do povo. A presença das comunidades de base necessita ser ampliada junto aos oprimidos, marginalizados, assumindo com eles o desejo da libertação e a luta por ela. No meio do povo as comunidades devem assumir o papel profético de fermento. Finalmente, é fundamental que se continue a troca de experiências

entre as diversas comunidades de base em nível regional e nacional. Nesta linha, já se programou para julho de 1978, em João Pessoa, o próximo Encontro. O voto foi de que fosse, enquanto possível levado à frente por pessoas da base. Além das discussões sobre a experiência das comunidades de base, pudemos experimentar durante o Encontro um pouco do que elas vivem nas liturgias. Estas foram simbolicamente muito expressivas. Na primeira noite a Igreja de Crateús assumiu a tarefa de organizá-la. Um pai de família, Sr. Raimundo, homem simples do povo, presidiu-a, cercado dos bispos, sacerdotes e leigos presentes. Profundamente compenetrado e possuído por espírito de oração, dirigia, em pé, no meio do salão, o desenrolar da liturgia. Fazia as orações, indicava o sentido dos textos, convidava a comunidade a participar, dirigindo tudo com profunda tranqüilidade, própria dos simples. Não tinha a arrogância de um leigo que ocupava o lugar do bispo ou do padre, mas exprimia a simplicidade de um coração orante, a quem se confiara a liturgia. Impressionava pela segurança com que formulava as orações, com que indicava os ritos a serem feitos. Soube levar-nos à oração e criar uma comunidade em torno da Palavra de Deus. Na segunda noite, a liturgia também foi leiga. Desta feita, colocaram no centro da sala sobre um cobertor estendido, uma enxada, uma corda, um tijolo com um crucifixo em cima e uma bíblia. A comunidade foi convidada a manifestar-se sobre o que lhe dizia todo aquele conjunto de símbolos. Não houve longos silêncios de hesitação, muito comuns em liturgias não populares, mas imediatamente o pessoal simples começou a falar. Viam ali retratada sua vida e a partir dela rezavam. Impressiona ver como esta gente simples logra uma identificação muito grande entre vida e culto, vida e oração. Teríamos ido longe, se o dirigente da liturgia não nos tivesse feito prosseguir. A total desinibição do povo diante dos bispos, padres, peritos, mostrava como ele pouco está preocupado com sua auto-imagem e expressa o que pensa.

A terceira liturgia também teve sua originalidade. Nada foi repetitivo. A comunidade sentiu necessidade da presença sacramental do Senhor. Estavam presentes tantos bispos e sacerdotes. A liturgia foi uma celebração eucarística em torno do tema da conversão. Houve uma longa liturgia penitencial em que um português pediu a Deus e à comunidade brasileira perdão pelos séculos de colonialismo e destruição da cultura autóctone, não só no Brasil como na África; um belga pediu perdão pela exploração do capitalismo internacional, da qual seu continente é um dos principais fatores; um membro da diocese de Vitória lembrou que o nome da cidade vem do título de Nossa Sra. das Vitórias, infelizmente ligado a um massacre de índios por parte dos portugueses etc...

Foi uma cena bastante forte, em que se lembrou com maior consciência tanta exploração e opressão, num ambiente de perdão. No meio dessas confissões públicas, D. Maria, do Acre, analfabeta, sugere que a comunidade cante um refrão de perdão, que ela mesma nos ensinou a cantar num tom devoto e afinado. Toda a liturgia era celebrada para recordar a morte e ressurreição de Jesus Cristo, do índio bororo, do missionário salesiano de Meruri. As leituras, foram tiradas de um profeta, vivo, na expressão de D. Pedro, bispo de São Félix. Foram os testemunhos do bororo Lourenço e do chefe Eugênio a respeito da morte de seus companheiros e amigos. Textos verdadeiramente proféticos, que D. Pedro aconselhou-nos a colocar dentro da Bíblia logo depois dos livros com esse nome. D. Samuel, bispo de S. Cristobal de las Casas, Chiapas, México, relatou-nos também o testemunho de um índio que dizia: se o tempo é curto; se o homem é quem muda as coisas, eu penso que devo viver todo o tempo entregue a tarefas de mudar o mundo, porque teria muita vergonha, ao envelhecer, de transmitir aos jovens apenas o que recebi dos outros sem tê-lo melhorado.

A quarta liturgia foi uma celebração solene de todos os participantes do Encontro com as comunidades da periferia de Vitória. Houve momento de profunda comunhão eclesial. As próprias comunidades organizaram a liturgia em que houve sketch conscientizador, diálogos entre duas pessoas do povo, testemunhos dos participantes da experiência vivida. A celebração foi presidida por D. Luis, bispo auxiliar de Vitória, já que o arcebispo D. João estava ausente, retido no Rio por motivo de doença.

A lição destas liturgias foi a criatividade do povo, a liberdade desinibida do homem pobre e simples. Sua coragem. Quero ainda chamar atenção para dois fatos significativos. Para encerrar a liturgia do segundo dia, três membros da comunidade, que já tinham sofrido prisão, maus tratos por causa da justiça, do Reino, em pé, abençoaram toda a comunidade, que se pôs de joelhos. Eram dois leigos e um bispo. Um deles era um agricultor que já tinha estado 18 vezes preso por defender o direito dos fracos na questão da terra. Foi uma cena que nos remeteu ao início do Cristianismo, em que os confessores da fé, cristãos que tinham sofrido martírio e não tinham morrido, abençoavam os outros cristãos e eram muito estimados pela comunidade. Não deixou de ser maravilhoso, ver aquele agricultor pobre, corajoso a ponto de enfrentar muitas ameaças de morte, profundamente comovido, abençoar a bispos, sacerdotes, fiéis ajoelhados. São sinais pequenos, mas que revelam uma nova dimensão de Igreja. O valor do martírio, do sofrimento pela causa do Reino é sobreposto a outro tipo de dignidade.

Na liturgia do 3.º dia houve também outro fato expressivo. Ficou-nos como uma pergunta sem resposta. D. Maria, do Acre, ao terminar a liturgia, pediu licença para fazer uma pergunta aos bispos presentes, à qual pedia uma resposta. Ela pertencia a uma comunidade de base, nascida do zelo apostólico de um padre acreano. Este continua firme na fé, leal à Igreja, engajado com a caminhada do povo. Mas não pode mais celebrar para o povo os sacramentos, porque se casou. Ela perguntava, estranhando, porque é assim, se aquele sacerdote não perdera nada de sua fé, até estava crescendo nela, se continuava firme ao lado do povo e leal à Igreja. Evidentemente, um silêncio de embaraço seguiu-se à simplicidade e pureza desta interpelação, vinda da base.

Apesar do encontro ter sido realizado em Vitória, poucos membros da comunidade da cidade puderam estar presentes, para não aumentar demais o número. Entretanto muita gente na cidade queria estar em comunhão e participação com o Encontro. Por isso, organizou-se na primeira noite um encontro do povo da cidade com os peritos, onde L. Boff e C. Mesters falaram um pouco de temas teológicos do Encontro e depois houve um debate entre o pessoal do auditório e os peritos presentes; na segunda noite, foi a vez de pessoas da base falarem para o povo de suas experiências. Houve uma sintonia enorme entre o pessoal simples, que saiu consolado vendo como seus problemas e lutas acontecem em várias partes do país. Na última noite, um grupo de bispos presentes teve o mesmo tipo de encontro.

Ainda dentro do Encontro, depois da liturgia em duas noites sucessivas, um grupo de participantes teve um contato demorado com Gustavo Gutierrez. Foram reflexões dentro de um realismo claro, diante da atual conjuntura latino-americana, mas que terminaram com uma mensagem de esperança. Num estilo e linguagem muito vivo, atraente, Gutierrez abordou aspectos importantes da teologia da libertação. Via a atual teologia da libertação como uma muleta, a ser superada no momento em que o povo pobre e humilde começou a construir sua verdadeira teologia da libertação. A atual teologia deve desempenhar este papel de serviço. Ela se tornaria inútil, contudo, se não ajudasse aqueles que estão empenhados na tarefa da libertação a pensar e viver sua fé.

## SIGNIFICADO DO ENCONTRO

A pergunta que me faço, no término deste Encontro, se perde na confusão dos desejos, dos sonhos diurnos, das análises da realidade, das intuições sem provas lógicas. Será que estamos vivendo importante momento da vida da Igreja no continente?

Será que está nascendo algo qualitativamente novo em termos de libertação, de Igreja? Ou será que tudo não passa de uma experiência frágil, que, apenas em via de nascimento, será condenada à destruição por forças históricas, politico-econômicas?

É realmente difícil falar do futuro. É o Reino da Esperança, da novidade. Um futuro que pode ser programado através de dados estatísticos com a segurança da matemática não é propriamente futuro. É um presente prolongado. Aqui nos encontramos em outro tipo de experiência, que se assemelha, em imagem de C. Mesters, à força da água. Esta é tão frágil que a pequenina mão de uma criança a desloca para o lado que quiser. Entretanto até hoje o homem não conseguiu dominar-lhe a força. Ameaça até nos países mais desenvolvidos.

As conclusões que tiramos são como peixes. Parecem-nos bonitos, vendáveis a bom preço. Mas eles fora da água morrem. A água lhes sustenta a vida. Ela, entretanto, escapa da rede. A água que invade toda esta experiência de comunidades de base é, à luz da fé, a presença de Cristo glorificado pelo Espírito. Presença que jamais poderá ser erradicada da história dos homens. O Encontro traz-nos esperança, porque parece colocar-nos em contato com esta força dos fracos, com esta presença do Glorificado na pequenez dos membros das comunidades de pobres e oprimidos.

Ele nos parece também como uma forte interpelação aos homens de Igreja, sobretudo aos que lá estiveram, mas também a todos, no sentido do respeito a esta vida que nasce. Fazer nascer é difícil. Mas fazer abortar parece fácil. Tremenda responsabilidade daqueles que fazem abortar uma obra do Espírito de Deus. Sobre tudo os homens que dispõem de autoridade e poder na Igreja são interpelados a não terem a atitude de um Pilatos, que se julgava com autoridade para salvar ou condenar a Cristo (Jo 19,10), e sim de serem obedientes aos sinais de Deus através da história. Esta consciência parecia unânime no Encontro. Creu-se importante fazê-lo crescer na Igreja latino-americana.

Enquanto nos é possível ver no momento atual, parece que se nos abre um caminho eclesial. Não é um reformismo secularista. É uma busca das raízes de nossa vida religiosa e de uma longa tradição do catolicismo brasileiro. Pois, nele o leigo ocupou no início um papel importante e a religiosidade do povo perdura já há séculos através da tradição familiar. São estas camadas do povo mais pobre que constituem na maioria dos casos os membros de nossas comunidades.

No Conc. Vaticano II falou-se muito de uma "Igreja pobre e servidora". O que se viu no Encontro de Vitória foram muitas co-

munidades realmente de pobres. O vestir era de pobre. O linguajar era do pobre. O coração era de pobre. A abertura ao Espírito era de pobre. A "parresia", a audácia interpelativa, era de pobre.

Qual era o significado de um discurso pobre e do pobre num mundo rico e dos ricos? Será que ouvidos ricos compreenderão o sentido do que está acontecendo em meio a tanta pobreza?

"Bem-aventurados os que tem um coração de pobre, porque deles é o Reino dos céus!" (Mt 5,3). Pois os pobres não são somente os principais destinatários do Evangelho, mas seus portadores (G. Gutierrez).